

A UTOPIA EM PAULO FREIRE E O PARADIGMA DA INCLUSÃO

Eixo 1 - A educação que emancipa frente às injustiças, desigualdades e vulnerabilidades

MARQUES, Luciana Pacheco – UFJF - luciana.marques65@gmail.com
ROMUALDO, Anderson dos Santos – SEE/MG – asaromualdo@yahoo.com.br

Os caminhos trilhados pela educação nos últimos anos nos permitem afirmar que o objeto central da discussão sobre educação abrange necessariamente a idéia de uma escola que seja capaz de atender à variedade de características do seu alunado. Do que se fala é de uma educação para todos, de um espaço único para a convivência e para a aprendizagem. Neste contexto é que autores como Paulo Freire se tornam ainda mais importantes, nos auxiliando na compreensão do dito e do feito, além, é claro, de permitirem um posicionamento mais seguro na caminhada rumo a uma sociedade mais justa e mais solidária. Este trabalho constitui um recorte do pensamento de Paulo Freire e busca analisar os vários sentidos produzidos e veiculados sobre os paradigmas da exclusão e da inclusão, em particular aqueles extraídos da questão da utopia na obra de Freire. Seu conceito de utopia é a base da nossa reflexão, pois é a partir dele que defendemos a inclusão como um “inédito viável”. Seu pensamento é marcado pela luta contra qualquer discriminação, na busca incessante pela superação da relação opressor-oprimido. Este é um dos mais ricos e importantes legados deixados por ele para a sociedade dos nossos dias: o respeito pelos seres humanos no que eles têm de mais valoroso, a sua humanidade.

Paulo Freire foi chamado certa vez de andarilho da utopia. A utopia estimula a busca: ao denunciar uma certa realidade, a realidade vivida, temos em mente a conquista de uma outra realidade, uma realidade projetada. Esta outra realidade é a utopia. A utopia situa-se no horizonte da experiência vivida. Em Paulo Freire, a realidade projetada (utopia) funciona como um dínamo de seu pensamento agindo diretamente sobre a práxis. Portanto, não há nele uma teoria separada da prática.

(GADOTTI, 1996, p.81)

Freire sempre discursou a favor dessa busca incessante pelo sonho, recusando a acomodação e mantendo viva a vontade de ser sujeito, contrariamente ao que prega o discurso do fatalismo, que implica no futuro desproblematizado, inexorável, cujos ideais são opostos àqueles necessários à realização da práxis libertadora.

O estímulo pode levar o ser humano a concretizar seus objetivos, pois uma realidade já antes projetada é significação de um sonho possível. A prática quando consciente tem poderes de transformação, capaz de conduzir à libertação.

O fato de estarmos inseridos no mundo faz com que estejamos com o mundo e não para o mundo.

Existem aqueles imbuídos do desejo de mudança: o oprimido e todos os que acreditam e percebem a utopia não como algo irrealizável, mas como o que Paulo Freire (2001a) denomina de “inédito viável”, algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela práxis libertadora.

Ao visualizar o inédito viável como um sonho, uma utopia, como algo que se concretiza no cotidiano, o homem e a mulher começam a desvelar a sua libertação como realidade possível de ser alcançada. O estar no mundo significa empenhar-se em ações, reflexões e lutas. O homem e a mulher oprimidos, abstratos, a-históricos, passam a fazer parte do mundo, com uma percepção consciente, crítica e participativa, o que representa sua vocação ontológica. Diz Freire (2001b, p. 85):

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia.

O que nos move na defesa pela aceitação do outro é baseado no pensamento de Paulo Freire (2001a, p. 100): “Não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser”. Tal ideologia libertadora é, por vezes, entendida como impossibilidade, algo inviável de se concretizar.

Falar em inclusão atualmente é compreender¹ as peculiaridades inerentes ao ser humano, porém, cria-se um grande obstáculo à inclusão devido à resistência de muitos em aceitar o outro com suas peculiaridades.

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível. (FREIRE, 1996, p. 136)

Segundo Silva (2000, p. 44),

No contexto da chamada “política de identidade”, o termo está associado ao movimento do multiculturalismo. Nessa perspectiva, considera-se que a sociedade contemporânea é caracterizada por sua diversidade cultural, isto é, pela coexistência de diferentes e variadas formas (étnicas, raciais, de gênero, sexuais) de manifestação da existência humana, as quais não podem ser hierarquizadas por nenhum critério absoluto ou essencial.

¹ Do latim *comphendere*, que significa “abraçar junto”.

Ao direcionarmos o olhar para o debate no interior da escola, encontramos, de um lado, os setores tradicionais: professores(as) conservadores(as), ingênuos(as) e/ou acomodados(as), os(as) quais facilitam o contínuo florescer da ideologia opressora, cuja discriminação é ato corriqueiro, muitas vezes imperceptível por ser considerado comum; de outro, os setores progressistas: professores(as) comprometidos(as) com a utopia como horizonte da realidade, assumindo a práxis como seu fazer pedagógico cotidiano, perpetuando uma indignação necessária aos profissionais conscientes e reflexivos, considerando-se realmente professores(as), na medida em que lutam contra qualquer forma de discriminação, na medida em que se colocam a favor da esperança que os(as) animam, apesar de tudo, na medida em que se colocam frente ao embate ideológico como lutadores(as) obstinados(as), que se cansam, mas não desistem.

Essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua liberdade e conseqüentemente sua humanidade, não se tornam opressores, mas restauradores da humanidade. Sua tarefa é libertar-se a si e aos opressores. A liberdade é uma conquista que se faz por meio de esforço e de responsabilidade. É mister que a liberdade assuma o limite possível e que seja colocada em prática através da tomada de decisões.

No mundo globalizado os valores foram modificados. Freire (1996) alerta para a “malvadeza” a que estamos expostos num mundo onde a ética do mercado se sobrepõe à ética do respeito e do amor entre os homens e as mulheres. Diz ele:

O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. [...] Há um século e meio Marx e Engels gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua espoliação. Agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à “fereza” da ética do mercado. (ibid., p.144-145)

Observa-se, todavia, um deslocamento de sentido na direção da superação desse modelo excludente de sociedade por um novo modelo fundado no reconhecimento e no respeito às diferenças. Segundo Fonseca (1995, p. 44):

Nos nossos dias o direito de ser diferente é também visto como um direito humano, que passa naturalmente pela análise crítica dos critérios sociais que impõem a reprodução e a preservação de uma sociedade [...] baseada na lógica da

homogeneidade e em normas de rentabilidade e eficácia, que tendem facilmente a marginalizar e a segregar quem não acompanha as exigências e os ritmos sofisticados.

Essa mesma observação é feita por Vaz (1997) ao se referir à mudança de postura do pensamento da Atualidade em relação à polarização normalidade *versus* anormalidade característica da Modernidade. Segundo ele, “Em nossa Atualidade, a tolerância às diferenças inter e intraculturais é a regra. O poder não mais se exerce pela produção de uma identidade como alteridade da alteridade, provocando dor ao obrigar o sujeito a se pensar na distância entre normal e anormal” (ibid., p. 229).

A conquista da liberdade pelos oprimidos não se dará por acaso, mas sim em sua práxis, tendo-se consciência de que, para alcançá-la é necessário lutar.

Na concepção freiriana, as várias formas de opressão as quais as pessoas são submetidas, acabam por tirar-lhe esta liberdade, visto que todos, indubitavelmente, nascem com vocação natural para serem livres.

Essa libertação tem suporte na criatividade e estimula a reflexão e ação dos homens e mulheres sobre a realidade na qual estão inseridos, respondendo, dessa forma, a sua vocação ontológica e histórica dos seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora da sociedade.

Por isto mesmo é que os reconhece como seres que *estão sendo*, seres inacabados, inconclusos *em* e *com* uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade” (FREIRE, 2002, p. 72-3).

A consciência do homem e da mulher de seu inacabamento é que o distingue dos demais seres vivos. É, portanto, condição *sine qua non* de ser humano. Nas palavras de Freire (1996, p. 64):

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no

movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. “Não sou esperançoso”, disse certa vez, por pura teimosia, mas por exigência ontológica.

A inconclusão, a consciência do inacabamento, a busca de uma condição melhor é a principal característica do homem e da mulher. Ele(a) está em constante processo de transformação, de seu fazer-se homem ou mulher.

Com base nos pressupostos de Paulo Freire é que o termo inclusão é entendido, pois, como um “inédito viável”, um desafio que se nos apresenta como princípio ético... um sonho possível... uma convicção. A espera é inimiga da realização, assim como a expectativa da realização pelo outro é o berço da inoperância. Por isto, e com base numa máxima freiriana, é que entendemos que ninguém inclui ninguém; ninguém se inclui sozinho; a inclusão decorre da união de todos na luta por uma sociedade mais justa e mais solidária.

Acreditar nisto significa estar inserido na luta pela superação da relação opressor-oprimido, luta esta que, por uma questão de princípio, ninguém pode estar de fora. Não se trata de algo impossível, mas de uma proposta prática de superação dos aspectos opressores percebidos na realidade, que pode ser traduzido pelo inédito-viável, ou seja, uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada. Conforme diz Ana Maria Freire, nas notas da obra *Pedagogia da Esperança*, de Paulo Freire (2001a, p. 206):

Esse “inédito-viável” é, pois, em última instância, algo que o sonho utópico sabe que existe mas que só será conseguido pela práxis libertadora que pode passar pela teoria da ação dialógica de Freire ou, evidentemente, porque não necessariamente só pela dele, por outra que pretenda os mesmos fins.

Acreditar na transformação do mundo pelos caminhos freirianos da comunhão, do diálogo, da conscientização é acreditar na capacidade de todos os seres humanos alimentarem juntos o ideal utópico da mudança, no qual a inclusão é, nos nossos dias, um dos maiores de todos os sonhos: uma realidade onde opressores e oprimidos se façam, de fato, livres dos elos aprisionantes do preconceito, da discriminação e da injustiça.

Este é, sem dúvida, um dos mais ricos e importantes legados deixados por Paulo Freire para a sociedade dos nossos dias: o respeito pelos seres humanos no que eles têm de mais valioso, a sua humanidade.

Referências

FONSECA, Vitor da. *Educação Especial*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001b.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001a.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: Uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.